


**A virtude do egoísmo e o totalitarismo da indiferença: o avanço da agenda neoliberal na Educação brasileira**

**La Virtud del egoísmo e el totalitarismo de la indiferencia: el avance de la agenda neoliberal en la Educación brasileña**

**The virtue of selfishness and the totalitarianism of the indifference: the development of the neoliberal agenda in the Brazilian Educational System**

Diego Candido Abreu \*

 <https://orcid.org/0000-0003-0591-6918>

**Resumo:** O objetivo precípua deste artigo é discutir o avanço do neoliberalismo na Educação brasileira a partir de seus fundamentos históricos e teóricos. Para tanto, dedicam-se generosas páginas à caracterização da agenda neoliberal como processo histórico, movimento político e matriz ideológica, alinhando as diferentes facetas desse fenômeno à luz de suas complementaridades e pontos de atrito. Mais do que um mero artifício econômico de transferência do patrimônio público para bolsos privados, o neoliberalismo emerge historicamente como um projeto de poder sofisticado, levado a cabo por franjas financeiras do capitalismo transnacional e operado por agentes locais dotados de capilaridade e influência. Após a construção de um panorama elucidativo da constituição e do desenvolvimento desse empreendimento oligárquico internacional, olha-se mais detidamente para a sua penetração no campo da Educação brasileira, através de uma variedade de expedientes que abrangem desde a apropriação da receita pública para a criação de demanda compulsória para grandes conglomerados educacionais até o sequestro orçamentário por meio de modelos privatistas de gestão de políticas públicas no campo da Educação.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Política Educacional. Liberalismo econômico. Monetarismo. Capitalismo transnacional.

**Resumen:** El objetivo principal de este estudio es discutir el avance del neoliberalismo en la Educación brasileña desde sus fundamentos históricos y teóricos. Con este fin, se dedican generosas páginas a la caracterización de la agenda neoliberal con proceso histórico, movimiento político y matriz ideológica, cotejando las diferentes facetas de este fenómeno a la luz de sus complementariedades y sus puntos de fricción. Más que un mero dispositivo económico para transferir activos públicos para bolsillos privados, el neoliberalismo emerge historicamente como un proyecto de poder sofisticado, implementado por los sectores financieros del capitalismo transnacional y operado por agentes locales dotados de capilaridad e influencia. Después de construir un panorama de la constitución y el desarrollo de esta empresa oligárquica internacional, analizamos más de cerca su penetración en el campo de la educación brasileña, a través de una variedad de expedientes que van desde la apropiación de ingresos públicos hacia la creación de una demanda obligatoria para los grandes conglomerados de educación hasta el secuestro presupuestario a través de modelos privatistas de gestión de políticas públicas en el ámbito de la Educación.

**Palabras clave:** Neoliberalismo. Política Educativa. Liberalismo. Monetarismo. Capitalismo transnacional.

---

\* Doutor em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio e Professor Adjunto no Departamento de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores. E-mail: <diegocurciodeabreu@gmail.com>.

**Abstract:** The main objective of this work is to discuss the development of neoliberalism in Brazilian Educational system in light of its historical and theoretical framework. In order to do so, numerous pages are dedicated to the characterization of the neoliberal agenda as a historical process, political movement and ideological matrix, entangling the different aspects of this phenomenon based on its complementarities and points of friction. More than only an economical tool in order to turn public wealth into private assets, neoliberalism stands out historically as a highly sophisticated project of power, that is implemented by sections of transnational capitalism and operated by local agents whose capillarity and influence allow it to penetrate deeply in all different areas of the globe. After the construction of a panorama regarding the constitution and the development of this international oligarchic enterprise, the neoliberal invasion of Brazilian educational system, led by expedients that range from the appropriation of the public revenue to create compulsory demand for educational business conglomerates until the snatch of the public budget through private models of management in the field of Public Education.

**Keywords:** Neoliberalism. Education Policy. Liberalism. Monetarism. Transnational Capitalism.

## Introdução

Privatização, desestatização, desinvestimento, desburocratização, terceirização. Dificilmente, alguém que tenha acompanhado o debate político brasileiro com o mínimo de atenção nas últimas três décadas ignora totalmente o sentido ou, pelo menos, o teor desses termos. Alguém mais desavisado poderia classificá-los como jargões oriundos do campo semântico da economia; de fato, eles fazem parte desse vocabulário. Contudo, qualquer passeio por algum livro de economia escrito antes dos anos 1980 revelaria a ausência quase que absoluta de termos similares ou análogos aos destacados. Foi a partir do quartil final do século XX, com a popularização do projeto político neoliberal e de sua horda de serviços ideológicos, que conceitos e expressões que fazem referência explícita à transferência de patrimônio público para o âmbito privado passaram a ganhar proeminência.

Ainda que este seja o seu campo de atuação precípua, seria um erro reduzir o neoliberalismo a apenas uma teoria econômica. O projeto de poder que tem nessa agenda seu porta-estandarte possui um alcance muito maior e objetivos muito mais ambiciosos. Como pontua Anderson (1986), sua meta principal é restabelecer o controle político hegemônico de uma casta do ultra-capitalismo internacional sobre o restante da população mundial, promovendo a vingança da especulação sobre o trabalho. O caráter megalomaniaco desse empreendimento não deve nos enganar: ele não apenas está em curso há, pelo menos, cinquenta anos, como tem logrado importantes avanços e vitórias ao longo das últimas décadas nas mais diversas latitudes do planeta. Eventos emblemáticos como o golpe no Palácio de *La Moneda*, as grandes greves dos carvoeiros ingleses, o “*argentinasço*” de 2001 e as lutas dos trabalhadores brasileiros contra a privatização da Petrobrás: todos são retratos importantes de uma batalha travada pelas nações e pelos setores sociais nelas mais politicamente ativos contra a rapina neoliberal administrada no país por um consórcio bem azeitado de forças do capitalismo transnacional, seus operadores locais e franjas da oligarquia doméstica que, não tendo qualquer compromisso com as questões nacionais, submete-se à posição de fiador interno dos interesses dessa aristocracia sem Pátria.

Foucault (2008), importante pensador francês, observou com muita argúcia e vidência, o caráter eminentemente ditatorial e totalitário do arcabouço de teorias e pautas políticas que dá sede ao delírio neoliberal. A mistura de um culto quase esotérico à liberdade acompanhado de uma determinação despótica a implementar as medidas e reformas simpáticas a essa doutrina forma o caldo ideal para o surgimento de uma ditadura em nome da libertação; de um regime de penúria extrema às majorias em nome da prosperidade faustosa de certas minorias. Sendo o neoliberalismo, portanto, uma forma dissimulada e sorrateira de totalitarismo, nada mais natural que suas ambições se assanhem em face dos mais diversos setores e flancos da sociedade. Não à toa, as garras

neoliberais se espriam nas mais variadas esferas da atuação do Estado, sequestrando-as e capitalizando em cima de um serviço outrora público. Exemplos sobejos podem ser flagrados nos campos da segurança (com a privatização de presídios e a explosão de empresas de segurança), da saúde (com o surgimento de organizações sociais responsáveis pela gestão da saúde e a terceirização de serviços outrora públicos no controle de endemias), do transporte (realização de consórcios com empresas de ônibus e privatização de grandes empresas de trem e metrô) e da educação (parcerias público-privadas para a gestão de redes escolares e o financiamento de instituições de ensino superior privadas através de empréstimos estudantis).

Dentre todas as instâncias de penetração da agenda neoliberal em nossa sociedade, aquele que nos interessará de forma mais detida será a educação pública. Como assinalado por Adrião (2018), ao longo das últimas décadas, formas diversas e criativas de captura do orçamento público por grupos privados e transferências de atribuições do Estado para a iniciativa privada foram colocadas em prática pelos operadores e sócios do projeto neoliberal em terras brasileiras. Aos poucos, a face do sistema educacional brasileiro tem se modificado em inúmeros municípios, estados e no próprio âmbito federal, que delegam a incumbência estratégica de formação de seus jovens cidadãos a empresas movidas por interesses econômicos e ideológicos quase nunca alinhados aos da totalidade da população.

Em face da discussão proposta nos parágrafos anteriores, este artigo possui como seu objetivo diretor discutir o avanço da agenda neoliberal na educação pública brasileira, correlacionando as medidas e institucionalidades implementadas com as linhas gerais desse projeto político e ideológico. Além desta introdução, este artigo conta com mais cinco seções. Adiante, olharemos com esmero os fundamentos teóricos e ideológicos do projeto de poder do capitalismo financeiro transnacional. Nas duas seções subsequentes, analisaremos a história de florescimento e desenvolvimento do empreendimento neoliberal, tanto em terras estrangeiras, quanto no Brasil. Em seguida, tratamos do processo de penetração e captura do neoliberalismo da política pública de Educação no Brasil, destacando os expedientes políticos empregados e as soluções comerciais desenvolvidas pelos partidários dessa agenda. Finalmente, tecemos algumas considerações finais acerca das reflexões fermentadas ao longo do estudo.

### **Neoliberalismo: fundamentos teóricos e ideológicos**

O neoliberalismo tornou-se uma corrente político-ideológica detentora de um nível indelével de rejeição no debate político-acadêmico contemporâneo. Mesmo os defensores mais apaixonados e ferrenhos dos seus princípios não o fazem de forma declarada, preferindo envelopar suas predileções em etiquetas mais palatáveis. Apesar da quase uníssona rejeição sofrida por essa doutrina no cenário intelectual global, há pouco consenso em torno de uma definição que se ajuste precisamente a esse objeto. O adjetivo neoliberal converteu-se em uma espécie de estigma difuso; um xingamento que se atribui a outrem sem saber-se ao certo o que significa. Tal nebulosidade se justifica pela pluralidade de formas assumidas intelectual e politicamente por essa ideologia. Afinal, qual a semelhança entre Pinochet, Bill Clinton, Fernando Henrique Cardoso, João Amoêdo, Peña Nieto e Ronald Reagan? Por baixo das diferenças personalíssimas e das distintas conjunturas locais, há um núcleo duro que os unifica: sua adesão a um projeto de poder comum. Este deve ser o nosso primeiro passo na caracterização do empreendimento neoliberal: afirmar que a sua unidade não se funda em uma doutrina teórica ou em uma diretriz ideológica, senão em um projeto político de dominação mundial, capitaneado por um grupo plutocrata transnacional. Os membros desse plantel seletivo encontram-se encastelados em posições de liderança e controle nos principais países, instituições financeiras e megacorporações. Como fartamente documentado por Phillips (2018), esse grupo se restringe a alguns milhares de potestades globais que agem de forma concertada e

estratégica, valendo-se dos seus quase infindáveis recursos para avançar sua agenda comum. Como empiricamente analisado por Vitali, Glattfelder e Battiston (2011), esse olimpo do capital transnacional detém o oligopólio de quase 90% do comércio global e do fluxo internacional de capitais, estatuto que lhe permite impor seus interesses políticos e econômicos em escala planetária.

Ainda que haja uma variedade de interpretações e críticas acerca do empreendimento neoliberal, muitos dos comentadores de maior relevo sobre o tema conferem centralidade ao aspecto político do movimento, entendendo seu arcabouço ideológico como um desdobramento superficial dessa miríade de interesses. Harvey (2005), expoente na matéria, qualifica o neoliberalismo como um esforço de destruição da rede de harmonia e proteção social do trabalho instituída pelas diversas experiências de Estado de Bem-estar social após a Segunda Guerra Mundial. Esse espírito militante do neoliberalismo também foi sentido por Foucault (2008; p. 137), que assinala que “o neoliberalismo não deve ser confundido com o slogan do *laissez-faire*, mas, pelo contrário, deveria ser tido como um clamor à vigilância, ao ativismo e às intervenções perpétuas.” Na mesma direção, mas a partir de uma ótica marxista, Duménil e Lévy (2018) argumentam que todo o projeto neoliberal consiste, em suas bases, em um programa político de restituição de poder e hegemonia das classes dominantes transnacionais, ameaçadas pela ascensão das franjas populares observadas em inúmeros países dotados de generosas medidas de proteção social (HARVEY, 2005). Anderson (1986), voz de eco no debate sobre o tema, enxerga a empresa neoliberal como a vingança do capital contra o trabalho após uma trégua relativamente duradoura durante o período socialdemocrata na Europa.

Tomando como ponto de partida a submissão do arcabouço ideológico do neoliberalismo ao projeto de poder e dominação que ele esposa, podemos compreender a flexibilidade e o ecletismo de ideias que caracteriza essa doutrina plástica; de modo que a única forma coerente de se interpretar o edifício ideológico neoliberal passa pelo constante cotejamento dessas ideias com os interesses de poder que elas endossam. Nesse sentido, um dos balizamentos principais do ideário do totalitarismo libertário, que submete o indivíduo comum à ditadura dos endinheirados, é a sua ofensiva violenta contra o modelo de conciliação do Estado de Bem Estar Social. De forma perspicaz, Foucault (2008) observou que essa investida do capital contra o trabalho e o povo se dá a partir da manipulação pragmática de dois sistemas teóricos, que são manobrados em função dos interesses estratégicos da ditadura plutocrática: o ordoliberalismo e o anarcocapitalismo. *Grosso modo*, o anarcocapitalismo, teoria política que desperta muita paixão em corações juvenis no Brasil contemporâneo, desponta como uma radicalização do *laissez-faire*, colocando em xeque a própria necessidade da existência de um Estado, previsto pelo liberalismo reacionário do século XIX como um poder policial e de garantia de contratos. O ordoliberalismo, em contrapartida, consagra ao Estado uma posição de centralidade na preservação de uma sociedade efetivamente livre, sendo tal liberdade utópica expressa pela hegemonia da competição (FOUCAULT, 2008). À luz dos axiomas ordoliberais, o Estado tem a tarefa de estabelecer e manter um ambiente de radical concorrência entre os indivíduos, o que resultaria na maximização da geração de riqueza.

Apesar dos evidentes pontos de atrito, anarcocapitalismo e ordoliberalismo se conciliam em sua função prática de sustentar ideologicamente o projeto político neoliberal. Enquanto, por um lado, o intervencionismo ordoliberal justifica o sequestro e o aparelhamento do Estado pelas franjas plutocráticas, a indiferença radical e o individualismo militante dos anarcocapitalistas legitima a destruição da cesta de proteção social do *welfare state* e o absoluto olvido em relação às demandas mais proeminentes das multidões, que se quedam desamparadas. Porém, não é difícil perceber que a promoção de um projeto de poder de tamanho alcance e ambições tão megalomânicas quanto o neoliberalismo demandaria um investimento teórico bem maior do que os próceres do liberalismo radical poderiam oferecer. Foi justamente com o objetivo de fortalecer a musculatura ideológica desse movimento de ascensão do capital transnacional que se formaram

uma série de centros de estudo, grupos estratégicos e institutos de pesquisa em diferentes partes do planeta. O mais famoso e importante deles foi o clube de Mont Pèlerin, um *think tank*<sup>1</sup> composto por uma série de intelectuais de inclinação liberal como Milton Friedman, Raymond Aron, Karl Popper; sob a liderança do economista austríaco Friedrich Hayek.

Mesmo com as diferenças que marcavam as concepções teóricas defendidas pelos intelectuais de *Mont Pèlerin*, o grupo logrou êxito em empreender a calistenia conceitual necessária ao esforço de ilusionismo de vender um projeto totalitário de exploração como um panegírico à liberdade e à emancipação. O eixo fundamental do ideário neoliberal produzido por Hayek e seus epígonos é a primazia do mercado, em sua suposta democratização da vida social segundo padrões de eficiência e produtividade, vendido como a única senda de escape à escravização imposta tanto pelo gregarismo socialdemocrata quanto pelo autoritarismo comunista (HAYEK, 1990). Tal direcionamento teórico, do ponto de vista de seu emprego político, tinha a vantagem de não apenas igualar a hegemonia das leis de mercado e do capital à liberdade plena, mas também estigmatizar qualquer visão infensa ao totalitarismo mercadológico como uma tentativa de escravização e opressão. Somente sob a égide do mito do mercado libertador, torna-se retoricamente viável a defesa feita por Hayek (1990) do totalitarismo neoliberal, único antídoto existente contra os perigos da democracia e seu pendor à servidão.

Sendo o mercado essa espécie de ente regulador infalível e moralmente superior de todas as relações sociais, a sociedade verdadeiramente livre deveria se mobilizar para estender o domínio do mercado para todos os âmbitos da vida humana, tornando os laços da vida pessoal, outrora guiados por valores culturais, por garantias sociais ou restrições morais, submetidos ao governo das leis libertadoras do mercado (HARVEY, 2005). Além de sua alegada superioridade ética e política, o mercado também possuiria o condão da autorregulação, prescindido, portanto, de qualquer força tuteladora que busque intervir em sua operacionalidade orgânica. O tropo mais utilizado para retratar metaforicamente tal soberania autoconferida é a “mão invisível”, pensada por Smith (1983) em sua obra maior como um símbolo representativo da tendência à autodisciplina geradora de eficiência dos agentes econômicos atomizados. Porém, a maioria dos entusiastas da obra do pensador inglês tende a olvidar a sua advertência, situada algumas páginas depois de sua famosa metáfora, acerca do caráter socialmente corrosivo e injusto do mercado quando não governado ferreamente pelos valores políticos e morais do Estado (SMITH, 1983).

Um resultado inexorável da sacralização do mercado é a imposição hegemônica de uma nova régua ética, assentada nos valores propugnados pela ditadura corporativo-financeira: competição, individualismo, sacralização da riqueza e corrosão dos laços sociais não-cimentados na lógica neoliberal. A competição, travestida de geradora de eficiência e produtividade, esconde a face da comodificação e financeirização da vida humana, convertida em mais um produto a ser comercializado livremente no terreno desregulado do mercado. Sendo essa arena de trocas interpessoais o templo da justiça e diapasão moral maior, cunha-se a fábula contemporânea da meritocracia (diferente do mérito), que se ancora em dois axiomas do neoliberalismo: a superioridade moral dos mais ricos – transformados em modelos biográficos pela literatura da autoajuda – e a justiça indiscutível de toda a estrutura social vigente. A existência de multidões de explorados e desassistidos enquanto frações de nababos se lambuzam no fausto e na opulência torna-se um resultado bem-vindo e alvissareiro dos mecanismos de alocação em níveis ótimos do

---

<sup>1</sup> O termo *think tank* se refere a centros de estudos e discussões, normalmente financiados por empresas ou grupos políticos, desenvolvidos como foros de debates e desenvolvimento de ideias/doutrinas acerca de um tema específico. *Think tanks* costumam congrega intelectuais, políticos, Presidentes de grandes empresas e membros de grupos de influência, etc.

mercado – fato que deveria conchamar os famintos do mundo a se regozijarem de sua miséria não-servil.

Um desdobramento óbvio do culto neoliberal à sacralidade das relações individuais firmadas sob a égide das leis de mercado é a estigmatização radical da ação do Estado como, invariavelmente, corrupta e ineficiente. À luz do dogmatismo dos teóricos de Mont Pèlerin, a única forma legítima de interferência do ente estatal na sociedade é através de expedientes agressivos de expansão de sua esfera de mercado. O Estado ideal para o totalitarismo financista é um bandeirante a abrir territórios ainda não-explorados (amiúde, com o concurso da violência), oferecendo-os à livre iniciativa dos agentes econômicos. No exercício de tal função, o Estado é essencial e deve ter sua atuação assegurada tanto por um corpo de técnicos com poderes acima do jugo democrático quanto pela sua força militar e repressiva, capaz de conter os auspícios antagônicos ao mercado – por vezes, denominados de populismo (WEFFORT, 1989) – das massas famintas e escravizadas.

O ódio ao condão regulador e moralizante do Estado e a beatificação da dinâmica de mercado (relativizando suas consequências terríveis) têm sua sustentação em um conjunto de brocardos teóricos e axiomas oriundos do campo da ciência econômica abstracionista refundada por alguns dos próceres mais importantes do pensamento neoliberal. A subseção seguinte é dedicada a mergulhar nesse tema.

#### A ciência como panfleto ideológico: o esquematismo neoliberal da *Economics*

Os circuitos intelectuais responsáveis por conferir estofo e aparência de cientificidade ao neoliberalismo tomaram para si como uma de suas tarefas centrais o ataque a alguns dos preceitos mais importantes da visão econômica de maior prestígio em meados do século XX, substituindo-os por raciocínio meramente abstrato no campo da economia. Aliena-se, assim, qualquer discussão econômica e os próprios parâmetros científicos que guiam esse campo do saber da realidade material e social que os determinam. Enquanto o pensamento econômico clássico reconhecia-se como uma ciência eminentemente política, as teorias econômicas que compõem o arcabouço neoliberal apropriam-se de uma série de instrumentos conceituais do pensamento neoclássico – em especial, a teoria do equilíbrio geral (WALRAS, 1983) – no esforço de fundar uma ciência puramente esquemática e normativa da economia: a *Economics* (BRESSER-PEREIRA, 2009, pg. 10). Como nos ensina o ex-ministro da fazenda do Brasil, economia política clássica, consideradas as diferentes linhas ideológicas e predileções políticas que a caracterizam, toma como pressuposto a submissão dos agentes de mercado à tutela legal do Estado e ao controle moral de suas atividades em face dos constrangimentos sociais que se impõem à livre troca de mercadorias (BRESSER-PEREIRA, 2009, pg. 8). Como uma consequência direta, o método preferencial de pesquisa da economia política envolvia o estudo de dados históricos extraídos da experiência humana envolvida em intercâmbios materiais e expedientes de produção de riqueza. Partindo de um ponto de observação que tergiversasse os esquematismos de que os neoliberais se alimentam, não seria difícil perceber rapidamente que o totalitarismo de mercado não passa de um conjunto de mistificações, preconceitos e peças de propaganda, sendo o mercado não o promotor supremo da liberdade, mas seu maior carrasco no mundo contemporâneo (SMITH, 1983; FURTADO, 1976).

Portanto, com o intuito de viabilizar ideologicamente o intento financista-plutocrático, fazia-se imperativo confeccionar um paradigma econômico que, ao contrário de seus antecessores, alienasse-se do mundo e de suas concretudes inconvenientes, isolando-se em um universo abstrato de modelagens, conjunturas e axiomas, no seio do qual, estabelecidas sob demanda as premissas adequadas, qualquer concepção teórica poderia ser fabricada matematicamente. A tal fábula pseudocientífica batizou-se de método hipotético-dedutivo (BRESSER-PEREIRA, 2009). Sob a

égide desse esquema de fabricação de ficções quantitativamente envernizadas, instituídos os pressupostos e os conceitos de base garantidores da superioridade do mercado (tanto enquanto meio de organização produtiva quanto como caminho alternativo à servidão), qualquer intelectual disporia de fartos insumos e instrumentos de análise para brincar de pensar os fenômenos econômicos como tudo que eles não são: trocas igualitárias e maximizadoras de eficiência entre agentes econômicos horizontalizados e tomadores de preço (*price takers*) (BRESSER-PEREIRA, 2009).

A *Economics* neoliberal, ciência biônica e apologética em favor do projeto de poder do financismo transnacional, se sustenta em um conjunto de matrizes teóricas que ganham unidade em seu sentido político-ideológico. Estas são 1) a concepção econômica neoclássica, 2) o monetarismo, 3) o novo institucionalismo, 4) a teoria das escolhas racionais e 5) da escolha social (BRESSER-PEREIRA, 2009).

O resgate do cânone econômico neoclássico pelos propagandistas do neoliberalismo não se limitou apenas a uma revalorização dos seus preceitos teóricos fundantes, mas implicou também em uma radicalização de muitos desses dogmas. A primeira elaboração do pensamento neoclássico, ancorada no método marginalista de caráter matematizante (MARSHALL, 1985), na teoria do valor subjetivo (MENGER, 1988) e na teoria do Equilíbrio Geral (WALRAS, 1983), estabeleceu como conclusão axiomática a capacidade de autorregulação dos mercados – sendo arrolada ao Estado, portanto, apenas as funções de repressão social e garantia de contratos. Friedman (1985), em um primeiro momento, destacou o caráter de autogestão do mercado, salientando, porém, a existência de uma série de falhas de mercado, as quais deveriam ser sanadas através da intervenção do Estado. Todavia, mesmo a aceitação relativa da falibilidade das leis de mercado sofreu forte anátema de setores mais extremados dos circuitos neoliberais, que prescreviam o império das livres trocas e da autorregulação mercadológica como axiomas inexoráveis da organização da sociedade (BECKER; BECKER, 1997).

O segundo pilar da *Economics* neoliberal é o monetarismo, que tem como seu expoente intelectual e maior expositor político Milton Friedman (1985). À luz de uma análise mais cuidadosa, podemos caracterizar o pensamento friedmaniano como uma reformulação da teoria quantitativa da moeda, sendo tal revisitação convergente com os interesses do projeto neoliberal devido a uma série de postulados advogados pelo modelo monetarista. O primeiro deles é a defesa da existência de uma “taxa natural de desemprego” (FRIEDMAN, 1985), cuja tentativa de suplantação via políticas intervencionistas estatais teria como resultado automático o aumento da inflação. Ademais a demonização das políticas sociais de pleno emprego, o monetarismo também institui como alvo a cesta de garantias e direitos laborais conquistados nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, acusando-os de promover, no médio prazo, o aumento do desemprego para além de sua taxa natural devido ao seu efeito distorcivo sobre as dinâmicas orgânicas – e inerentemente virtuosas - de funcionamento da produção e dos mercados.

A terceira coluna de sustentação do arcabouço econômico neoliberal é a corrente teórica do novo institucionalismo (BRESSER-PEREIRA, 2009). Esta tem como fundamento a arbitrária defesa da anterioridade do mercado em relação a qualquer outra forma de agrupamento social, clivando superlativamente a sociedade à sua mínima fração: o indivíduo (BRESSER-PEREIRA, 2009). Destarte, o âmbito inerentemente humano dos valores, da cultura e da moral dá lugar a uma visão da sociedade como um ajuntamento de indivíduos atomizados que buscam a consecução de seus interesses, ajuntando-se contingentemente em coletividades *ad hoc* quando o pertencimento a estas torna mais acessível a satisfação dos seus desejos.

Lógica análoga impera na teoria da escolha pública (BRESSER-PEREIRA, 2009). Seu princípio fundamental é a negação absoluta da ética pública e da própria noção fundamental de

bem comum, caracterizando a ação por meios estatais como uma forma de busca de intentos individuais através da corrupção de instrumentos públicos (BRESSER-PEREIRA, 2009). Sua consequência política, em última instância, é a deslegitimação de qualquer ato de natureza pública – não guiado pelas leis do mercado –, o que implica, corolariamente, na criminalização do próprio Estado.

Uma espécie de versão alternativa do dogma da escolha pública é teoria das escolhas racionais (BRESSER-PEREIRA, 2009). Sua diferença em relação ao esquema anterior repousa em sua abrangência: enquanto aquela qualifica apenas a ação do Estado como essencialmente patrimonialista e ineficiente, esta expande tal estatuto para qualquer obra conduzida por alguma forma de coletividade. Grandes grupos seriam, logo, espaços de desperdício de energia, que poderia ser melhor alocada com a simples integração dos indivíduos, atomizados e isolados, nos foros de intercâmbio e troca regidos pelas leis de mercado, onde poderiam satisfazer suas necessidades sem o concurso da coletivização.

O projeto de poder neoliberal, desde seus primeiros passos, tem usado esse conjunto de teorias e axiomas econômicos como uma importante arma de propaganda em favor de seus interesses e pressão contra seus adversários. Porém, seria um equívoco tentar reduzir o totalitarismo plutocrático a um reflexo material desse arcabouço de ideias. Por vezes, quando conveniente, próceres e operadores da agenda do neoliberalismo defenderam ostensivamente pautas e posições contrárias aos dogmas listados nesta seção, sendo a linha de coerência que conduz a ação desses grupos não uma fidelidade inquebrantável a uma doutrina, mas a busca voraz de consecução de seus interesses. Portanto, para entendermos de fato o sentido político do movimento neoliberal, é preciso olharmos atentamente a sua história de desenvolvimento nos diferentes países em que esse empreendimento de dominação prosperou – tarefa que nos aguarda na seção seguinte.

## **O projeto de poder neoliberal: da teoria à prática**

Um dos princípios mais importantes para a análise de qualquer movimento político é a submissão da ideologia ao pragmatismo do poder, isto é, o entendimento de que as decisões tomadas não são fruto automático de uma doutrina abstrata, mas são representações diretas dos interesses políticos do grupo e de sua conjuntura de atuação. Portanto, nesta seção, olharemos de forma mais detida para o conjunto concreto de medidas e políticas implementadas pelos agentes e representantes do neoliberalismo em diferentes contextos nacionais. Não sendo possível analisar a presença do projeto neoliberal em todos os países por ele alcançados, restrinjo-me aqui apenas aos casos mais emblemáticos: o Chile sob a batuta de Pinochet e os Estados Unidos no governo Reagan.

Junto da pequena e longínqua Nova Zelândia, o Chile emerge como uma espécie de projeto piloto do neoliberalismo. Os acontecimentos trágicos que culminaram no massacre de 11 de setembro de 1973 nas dependências do *La Moneda* precederam uma segunda tragédia, marcada não pelos estrondos de bombas ou pelo sobrevoo de aviões militares, mas pelo sotaque petulante dos Chicago Boys, encastelados na Pontifícia Universidade Católica de Santiago, que mediarão o fatídico encontro entre o General Pinochet e Milton Friedman em 1975 (PECK, 2010). Mais do que uma prova empírica da debilidade moral e do reacionarismo político dos entusiastas do projeto neoliberal, o convescote entre um dos patriarcas ideológicos de tal visão de mundo e um ditador sangrento, que impusera à sua própria população um regime de terror, evidencia a natureza intrinsecamente contraditória da concepção política do totalitarismo de mercado: uma ditadura imposta pela violência em favor da liberdade plena.



Os primeiros anos de implementação da agenda neoliberal no Chile tiveram como resultado, além da instituição de uma rotina de atrocidades e repressão, o ataque virulento da ditadura pinochetiana aos direitos dos trabalhadores chilenos. A variedade de atos de violência do governo neoliberal contra as classes mais pobres de seu país perpassou a perseguição a sindicatos e órgãos democráticos de organização política, a criminalização de programas sociais voltados às comunidades mais economicamente vulneráveis e a desregulação e precarização extremas do trabalho, garantindo margens ainda mais pornográficas de lucro ao grande capital instalado no país (HARVEY, 2005). Porém, toda a agrura imposta à população chilena sob a mão férrea do pinochetismo não logrou os resultados propagandeados, como crescimento econômico, queda de inflação e aumento do emprego. Na prática, o Chile experimentou um breve suspiro de aceleração da atividade produtiva, baseado na entrada massiva de capitais externos no país, seduzidos pelas facilidades e benesses ofertadas pelo governo chileno e pelo total aviltamento do trabalho, que permitia a esses capitais maximizarem suas margens de lucro com base em um regime ainda mais draconiano de exploração.

Em contemporaneidade à experiência neoliberal no Chile sob a ditadura Pinochet, o totalitarismo financista também se instalou nos Estados Unidos. Ao longo da década de 1970, uma série de medidas dissonantes em relação ao projeto de conciliação socialdemocrata vigente no território estadunidense desde o pós-guerra começaram a pavimentar o terreno para uma paulatina implementação da ditadura de mercado no país. Porém, ao final dessa década, dois acontecimentos marcaram uma inflexão aguda na velocidade e profundidade das reformas neoliberais estadunidenses: a ascensão de Paul Volcker ao comando do Banco Central estadunidense (FED) em 1979 e a eleição de Ronald Reagan à presidência dos EUA em 1980.

A defesa de Reagan de uma plataforma de desestatização, liberalização econômica e combate à inflação o aproximou entusiasticamente das políticas de caráter recessivo implementadas por Volcker no Banco Central, promovendo a sua adesão plena ao Plano de Choque capitaneado pelo presidente do FED. Este englobava três iniciativas principais. A primeira, o enfrentamento violento e desproporcional dos sindicatos, era defendida como a única forma de expurgar o corporativismo da economia estadunidense e elevar sua produtividade. A segunda medida central do Plano de Choque volckeriano foi o estímulo à internacionalização das cadeias de produção, até aquele momento, concentradas nos EUA. A transferência de partes importantes do processo produtivo de empresas sediadas no território estadunidense para sucursais estrangeiras introduzia um novo mecanismo de pressão sobre a força de trabalho local, que tinha sob a cabeça a preocupação de ver seus postos de emprego serem transferidos para outras nações, colocando em risco a sustentabilidade de suas carreiras. A terceira perna do tripé neoliberal durante o período Reagan foi o abandono pragmático das diretrizes políticas que caracterizaram o *Welfare State* nos EUA. Com o aumento da oferta de força de trabalho proveniente da entrada volumosa de trabalhadores imigrantes, a política de valorização salarial e salvaguarda do poder de compra deu lugar a uma dinâmica de deterioração do padrão de vida do proletariado estadunidense. Ademais, o monetarismo radical de Volcker preconizava a virtude de um exército de reserva fomentado pela manutenção de uma taxa de desemprego residual, com base na qual regimes de concorrência e competição poderiam ser implementados entre os trabalhadores.

Dentre os países desenvolvidos, certamente foi nos Estados Unidos que o neoliberalismo prosperou com maior voracidade, impondo sua agenda de retomada de poder das elites em detrimento das multidões empobrecidas. As consequências de tal hegemonia são patentes a qualquer observador que se debruce sobre tal sociedade. Apesar de sua posição privilegiada como maior PIB do planeta, a potência do Atlântico-Norte experimenta níveis de pobreza, mortalidade infantil, expectativa de vida e indicadores sociais condizentes com países em desenvolvimento. Além disso, inúmeras são as cidades devastadas pela desindustrialização fomentada pela

internacionalização das cadeias de produção estimuladas pelo Choque Volcker, gerando um cenário de catástrofe humana, em que comunidades ecumênicas foram transformadas em distritos fantasmas como resultado de uma política de guerra do financismo contra o povo.

Como apresentado nos parágrafos anteriores, o projeto neoliberal desenvolveu-se de modos próprios e particulares nos diferentes países. Tal singularidade local também pode ser observada na trajetória desse empreendimento ditatorial em nosso país, que se abriu com algum atraso à sua penetração; porém, uma vez devassado, deixou-se dominar de maneira profunda e duradoura.

### **O totalitarismo da finança em verde-amarelo: o projeto neoliberal em solo brasileiro**

Enquanto Chile e Nova Zelândia aderiam efusivamente aos preceitos neoliberais ainda nos anos 1970, o Brasil lançava (nos governos Médici e Geisel, respectivamente) dois programas de desenvolvimento econômico impulsionados pelo Estado, caminhando na contramão das ideias de austeridade e desoneração preconizadas pelo monetarismo. Enquanto, nos anos 1980, líderes como Felipe González (Espanha), Helmut Kohl (Alemanha), Olof Palme (Suécia), Brundtland (Noruega), Thatcher (Reino Unido), De La Madrid (México) e tantos outros iniciavam reformas significativas de caráter antiburocrático e desestatizante, o Brasil ensaiava movimentos de estruturação de suas carreiras na administração pública e desenvolvimento econômico ao longo do governo Sarney (BRESSER-PEREIRA, 2009). Parecia que o nosso país remava em uma corrente contrária ao consenso mundial, apostando em modelos e práticas estigmatizados por sua ligação ideológica com a Ditadura Militar e por sua, suposta, ineficiência congênita. Tal dissintonia começou a desaparecer com a eleição de Collor e a consequente série de manobras de dilapidação do patrimônio nacional, caindo por terra completamente com a instituição definitiva do Plano Real como linha-mestra da política econômico-monetária brasileira (GOMES, 2020), que culminou na condução de Fernando Henrique Cardoso, entusiasta do Consenso de Washington e do Plano Brady, à cadeira de presidente.

Apesar de sua faceta socialdemocrata, a Constituição cidadã de 1988 já é eivada, desde sua promulgação, por uma contradição fundadora: a instituição de um regime de bem-estar social à luz de uma matriz política descentralizadora e no marco de um pensamento econômico liberal (BRESSER-PEREIRA, 2009). Previsivelmente, sua solidariedade encontrou dificuldades de ser financiada sem uma ordem tributária mais progressiva e suas complexas políticas de prestação de serviços à população experimentaram obstáculos em sua implementação efetiva, em um pacto federativo confuso e potencialmente anômico. Contudo, a leitura do contexto brasileiro que foi massificada noite e dia pela grande mídia ecoava a ladainha neoliberal: a prosperidade prometida pela “Constituição cidadã” não se disseminava pelo povo brasileiro devido à natureza arcaica da estrutura administrativa do Estado brasileiro, sendo a sua modernização (eufemismo para desmonte) uma condição *sine qua non* para a consecução dos desígnios da Nova República.

O anseio político pela reforma da estrutura administrativa brasileira foi a brecha perfeita encontrada pelos títeres do neoliberalismo para estabelecer as bases mais abrangentes do seu projeto. A reconfiguração da estrutura do Estado e da própria sociedade nacional era vendida como uma necessidade imposta pela nova ordem econômica mundial, que instituía um grau superior de competição, para a qual o tecido econômico brasileiro, construído a partir de um modelo desenvolvimentista e intervencionista, não estaria pronto. Propalava-se com algo imperativo, portanto, redesenhar completamente o sistema administrativo e a matriz econômica do país, segundo os ditames do Consenso de Washington, de modo a adequar o Brasil ao nascente regime de interconectividade produtiva e comercial global (BRESSER-PEREIRA, 2009).

O avanço do projeto neoliberal em solo nacional se deu em estágios. Na primeira dessas fases, o governo Collor, movido por uma violenta operação de propaganda ideológica, extinguiu o arcabouço jurídico e fiscal de caráter protecionista que sustentava grande parte da indústria brasileira (BOITO JUNIOR, 2016). O segundo passo na imposição da cesta neoliberal encontrou níveis maiores de resistência. Surfando a onda da popularidade angariada com o sucesso do controle da inflação promovido pelo Plano Real, Fernando Henrique Cardoso levou adiante com ainda mais voracidade o processo de desintegração do Estado e da economia brasileiros. Valorização cambial, introdução de um regime de câmbio flutuante, derrubada definitiva das tarifas de importação, privatização e reformas administrativas de caráter destrutivo representaram a demolição de setores relevantes do Estado e da economia nacional, como o sistema bancário público nacional, a indústria de bens de capital e produtos eletrônicos (MOREIRA; CORREA, 1996).

A histórica eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 parecia prenunciar uma ruptura com todo o cânone neoliberal seguido desde o início dos anos 1990. Porém, apesar de sua inclinação mais progressista e de alguns ensaios de antagonismo com certos dogmas neoliberais, conservaram-se as linhas gerais da visão econômica monetarista, salvaguardadas pela burocracia de feição neoliberal posicionada nos postos de comando da economia: metas de inflação, regime de câmbio flutuante segundo movimentos de mercado e busca pela geração de superávits primários com o sacrifício de gastos sociais. Enquanto uma série de contingências felizes garantiam uma conjuntura internacional favorável, o governo do Partido dos Trabalhadores foi considerado mundialmente o grande exemplo de êxito do neoliberalismo – prova definitiva da capacidade de produção de riqueza e justiça social de tal projeto político. Contudo, o quadro geopolítico alvissareiro começou a se desfazer ainda no primeiro mandato de sua sucessora: Dilma Vana Rousseff, colocando a Presidente na delicada posição de ter que retomar a severidade da ortodoxia neoliberal ou romper definitivamente com a ditadura financista transnacional (POCHMANN, 2015; GOMES, 2020).

A escolha da liderança do Partido dos Trabalhadores pela conciliação com o capital após a eleição de 2014 (marcada pela escolha de Joaquim Levy como chefe da economia nacional) não apenas criou as condições políticas para o golpe que se arregimentou contra seu governo, mas também instituiu as bases para o aprofundamento da agenda corrosiva neoliberal, que incluiu a proibição do investimento estatal (via EC 95), destruição da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), dilapidação do sistema previdenciário e privatização de parte central do patrimônio nacional (GALA; RONCAGLIA, 2020). A crise gerada pelo golpe contra o governo de Dilma Rousseff levou ao paroxismo da exploração neoliberal, que teve no Presidente Jair Bolsonaro sua verdadeira personificação. Em seu governo, a agenda de rapina e exploração neoliberal imiscuiu-se a um discurso confuso e agressivo de conservadorismo nos costumes e recuperação de valores morais, que buscou envernizar o butim do totalitarismo plutocrático com cores tradicionalistas e religiosas. O resultado dessa mistura heterogênea foi um conjunto de políticas que atacavam as bases econômicas da organização familiar em nome de salvar a família, propalavam patriotismo enquanto corroíam o próprio tecido social da Pátria e propagandeavam o resgate de princípios cristãos enquanto se colocavam contra regras fundamentais da Doutrina Social da Igreja.

Com esse breve panorama acerca da trajetória de penetração e aprofundamento da agenda neoliberal em nosso país, finalizo esta seção. Adiante, tratamos sobre a atuação predatória do financismo transnacional em um setor específico da vida brasileira: a política educacional.

## **A engenharia da destruição: a ofensiva neoliberal sobre a educação brasileira**

Como documentado ao longo das diferentes seções do presente artigo, o apelo do totalitarismo neoliberal pela depredação do aparato estatal e a privatização dos serviços de caráter público tem como objetivo precípuo a reconfiguração do Estado como um mero agente de confisco da riqueza nacional e suporte jurídico-militar à rapina promovida por essas franjas plutocráticas. Reestruturado como uma espécie de capataz e cartório dos interesses do financismo transnacional, o Estado neoliberal possui duas funções precípuas que devem ser perseguidas de maneira ditatorial pelos operadores desse projeto de poder: 1) o combate e a perseguição a qualquer grupo ou movimento político que coloque em risco o regime e 2) o alargamento agressivo (fomentado com os recursos tributários dos cidadãos) de um mercado controlado por essas facções oligopolistas das grandes corporações internacionais, as quais, além das melhores condições de competição e instalação, recebem uma rede de proteções sustentada pelo próprio ente estatal brasileiro.

Essa dinâmica de atuação do ente estatal enquanto comissário dos interesses neoliberais se patenteia de maneira diáfana no terreno da educação brasileira. Ao longo das últimas décadas de ofensiva neoliberal, ainda que o avanço neoliberal tenha se dado de maneira menos radicalizada que em outros países da América Latina (como o Chile, por exemplo, que privatizou toda a sua rede de ensino através dos programas de *Charter Schools*), sua trajetória de rapina se deu de forma sustentada e abrangente. Em sua sanha de precarização da estrutura pública, o projeto neoliberal incensou o sucateamento (que sofreu apenas algumas interrupções parciais e localizadas) da estrutura material (escolas, universidade, etc.) e humana (salários, estudantes, carreiras, etc.) do ensino nas diferentes instâncias do país. Ao mesmo tempo, viabilizou-se a abertura agressiva de um vastíssimo no campo para as instituições privadas de ensino, fortalecendo e ampliando-o através de uma série de facilidades e estímulos tanto para o desenvolvimento de conglomerados na área da educação (básica e superior) quanto através da atração de gigantes internacionais para atuarem no mercado doméstico (HARVEY, 2005).

O desfinanciamento sistemático e programático da estrutura de educação pública no Brasil se evidencia não apenas nos permanentes cortes e contingenciamentos impostos à área, mas também pelo próprio perfil de direcionamento dos recursos efetivamente empregados. Estes, cada vez mais, são alocados em ações de incentivo e reserva de mercado em favor de empresas privadas. Mendes (2015), em uma análise minuciosa dos gastos em Educação por parte do Governo Federal no período entre 2004 e 2014, verificou a concentração dos dispêndios em expedientes de subsídio público ao consumo de serviços privados, através da concessão de bolsas e empréstimos a estudantes matriculados em Universidades controladas por grandes impérios capitalistas atuantes no ramo da Educação. Apenas a título de ilustração, podemos observar o caso do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), que, em 2014, consumiu cerca de quinze por cento de toda a despesa federal em educação (MENDES, 2015). Além dessa exorbitante operação de terceirização da educação pública consignada no FIES, Mendes (2015), em sua análise orçamentária, também flagrou um redirecionamento importante de recursos para um conjunto de entidades, supostamente, sem fins lucrativos, mas que certamente atuam como mais um ralo de sucção de recursos públicos para iniciativas privadas.

Alguns foram os resultados práticos dessa política de subsídio do mercado de ensino privado pela via da garantia discricionária da demanda estudantil. O primeiro deles foi a absorção dos contingentes populacionais significativos que ascenderam à educação superior por instituições universitárias de qualidade discutível e não imbuídas do compromisso constitucional com a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Mais importante, contudo, foi a constituição, com o auxílio imprescindível do Estado, de impérios de conglomerados empresariais atuantes na área de

educação, cujo desenvolvimento se deve, primordialmente, à atuação militante do ente estatal na criação de demanda para tais empreendimentos comerciais. A estratégia mais frequentemente empregada de nutrição com recursos públicos dos titãs do *business* da Educação nacional é a concessão de empréstimos com taxas de juros abaixo do nível de mercado para estudantes com o fim de permitir que estes se tornem “consumidores” dos “serviços” educacionais fornecidos por esses oligopólios.

Essa dinâmica promíscua de apropriação dos recursos públicos pelos agentes e operadores do neoliberalismo, observada de forma tão clara no âmbito federal, também se repete com o mesmo grau de ostensividade nos demais entes federativos. De um ponto de vista orçamentário, os entes municipal e estadual desempenham um papel ainda mais central na condução da política educacional do país, pois, como organiza a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996, são essas instâncias da administração pública que têm como prerrogativa precípua de gerir a maior parte dos recursos destinados à Educação Básica. Coube a outra estudiosa, Adrião (2018), realizar uma minuciosa meta-análise na literatura da área, que teve como resultado um detalhado mapeamento do rol de instrumentos empregados pelos títeres do neoliberalismo em sua empreitada de apropriação do erário público para o fomento a empreendimentos privados. Conforme sublinhado pela autora (2018, pg. 11), três são as dimensões em que a política de privatização no âmbito da educação básica brasileira tem prosperado ao longo das últimas décadas: 1) a oferta da própria educação, 2) a gestão da educação e 3) e a privatização do currículo.

No terreno da oferta educacional, o Estado encontra, fundamentalmente, três meios para subsidiar com dinheiro público o crescimento e o lucro de empresas privadas. O primeiro deles é o incentivo direto através da construção de parcerias, contratos ou planos de cooperação ou através de desonerações fiscais que tornem as empresas privadas mais atrativas aos estudantes. Inúmeras são as formas que esse tipo de suporte direto do Estado à iniciativa privada pode assumir: convênios com cursos de línguas para atuarem em instituições públicas, parcerias com organizações sociais ou Organizações Não-Governamentais (ONGs) para a realização de oficinas ou atividades complementares, terceirização de atribuições escolares para o setor privado – apenas para citar alguns exemplos.

A segunda forma como o poder público fomenta a agenda neoliberal na oferta da Educação Básica é o concurso de empréstimos e concessões para a criação de novas escolas e instituições de ensino privadas. Além de uma série de normativas instituídas ao longo das últimas décadas ampliarem de maneira formidável o espectro do mercado educacional no Brasil, inúmeros estados e municípios oferecem incentivos na forma de juros subsidiados e facilidades burocráticas para a construção de novos empreendimentos educacionais privados. Em um trabalho seminal, Davies (2002) compilou e analisou uma miríade de dispositivos legais e decisões que transferiam diretamente recursos públicos a instituições privadas de ensino por meio de incentivos de natureza creditícia, remetendo a prática desse tipo de subsídio cruzado aos primórdios do processo de organização do sistema de educação brasileiro.

Finalmente, o terceiro meio de se neoliberalizar a oferta da educação nacional se dá através do fomento à escolha parental, na forma de distribuição de bolsas de estudo ou convênios de terceirização com escolas privadas (*charter schools*). O sistema de *charter schools* talvez seja um dos programas mais emblemáticos do esforço de desidratação da estrutura pública de oferta do Ensino Básico. Desenvolvido tanto pelo gabinete Reagan nos EUA quanto pela equipe de *Chicago Boys* do General Pinochet, o modelo de *charter schools* consiste na terceirização definitiva da Educação a redes privadas. Em sua apresentação mais tradicional, as escolas que obedecem a esse modelo são conveniadas a gestores oriundos do mercado educacional, atuando aos moldes de escolas privadas. Em alguns casos, os estudantes são isentos do pagamento de mensalidade, sendo cobrados por

uma série de outros itens dentro da escola; em outros, os pais recebem uma espécie de bolsa dirigida ao pagamento da mensalidade. Em ambos os regimes, estabelece-se um canal direto de transferência de recursos dos cofres públicos aos bolsos privados, perfazendo uma das estratégias prementes do projeto neoliberal: a apropriação do aparelho estatal para fins desse grupo de poder.

No campo da gestão educacional, dois são os níveis em que a parasitagem do mercado no hospedeiro estatal se institui. Em um plano mais local, privatiza-se a gestão escolar. Tal esquema de privatização pode se dar por meio de vários expedientes, sendo o mais comum a transferência das instâncias gestoras para organizações privadas. As *charter schools*, via de regra, também englobam uma terceirização para o âmbito privado da administração da escola pública. Porém, há mecanismos menos ostensivos de delegação da gestão da Educação Pública a agentes privados. Parcerias estabelecidas com organizações não-governamentais de diferentes naturezas tendem a ser um caminho alternativo à entrega total do controle das escolas a entes de mercado. Essas parcerias podem ser firmadas com o objetivo de implementar programas específicos na comunidade escolar ou podem ter um caráter permanente, sendo o ponto em comum entre essas múltiplas ferramentas de apropriação do espaço público o controle de parte significativa da gestão – o que implica, muitas vezes, no controle do orçamento escolar.

A penetração de agentes neoliberais na gestão escolar também se dá de uma maneira mais sistemática. Nesse âmbito, a tática implementada consiste no firmamento de parcerias público-privadas, em que os recursos públicos são direcionados a empresas de mercado sob a justificativa de tornar a administração de toda a rede de ensino mais eficiente (ADRIÃO, 2018). Costumam ser criadas fundações de educação vinculadas aos estados e municípios, mas que têm parte significativa de sua administração delegada a instituições de mercado. Não é preciso de muita imaginação para flagrar nesse tipo de operação uma infinidade de gargalos através dos quais os recursos oriundos dos cofres públicos podem ser malversados ou desviados para fins outros que não seu emprego no financiamento da rede educacional. Além da vulnerabilidade do modelo a expedientes de corrupção, a iniciativa de transferir a responsabilidade gestora da educação para grupos privados em sua essência já é evada de vício. Por natureza, organismos de mercado são orientados por princípios e a própria mentalidade que se mostra conflitiva, quando não completamente inadequada aos desígnios e objetivos fundamentais da Educação pública. Se tal contradição já gera uma série de desdobramentos problemáticos no âmbito das instituições privadas de ensino, no campo do Ensino Básico na rede pública, instaura-se uma situação de incompatibilidade entre a ideia de gestão preconizada por esses grupos e as reais necessidades de uma escola pública (ADRIÃO, 2018)

Por fim, a terceira forma de avanço da agenda neoliberal na Educação brasileira ocorre por meio da terceirização da gestão do currículo pela iniciativa privada. Adrião, Croso e Marin (2022) analisam a influência de organizações não-governamentais, chamadas pelos autores de filantropicistas, na conformação do currículo de três estados: Pará, Pernambuco e São Paulo. Através de programas como o “Currículo sem Fronteiras”, o estabelecimento dos conteúdos e disciplinas a comporem o programa da Educação Básica é comandado por grupos que se formam por meio de uma vinculação, por vezes promíscua, entre empresas do ramo da educação privada e instituições de fachada escondidas embaixo de filantropia interessada. O lobby desses grupos, com força nos postos decisórios da Educação Básica em suas três instâncias federativas, serve como um poderoso meio de formatação curricular, configurando as diferentes redes de ensino do país segundo os ditames e interesses mercadológicos desses grupos. Nesse sentido, o direcionamento e a conformação do currículo segundo as diretrizes impostas por esse consórcio de empresas e ONGs corresponde a um aspecto central no processo apropriação neoliberal dos recursos e da estrutura pública, pois é justamente através da engenharia curricular que tais operadores neoliberais avançam a sua agenda de penetração na máquina pública e rapina dos recursos estatais.

## Considerações Finais

O objetivo precípua deste artigo foi discutir a trajetória de intrusão dos grupos políticos vinculados ao neoliberalismo na Educação Brasileira à luz dos preceitos fundamentais desse projeto de poder. Como salientado em diferentes momentos ao longo do texto, uma das características mais proeminentes do empreendimento neoliberal é sua plasticidade, adaptando-se às oportunidades observadas em cada contexto de atuação e às conjunturas enfrentadas. Exatamente por isso, muitas vezes, torna-se difícil encontrar unidade no conjunto de medidas e iniciativas privadas de apropriação do erário e da estrutura pública por meio de agentes privados. Ademais, a ação desses grupos se dá de forma, primordialmente, discreta. Enquanto outros movimentos políticos usam do estardalhaço e da propaganda deliberada como táticas de imposição de seus interesses, o totalitarismo plutocrático, por sua própria natureza e sua opulência de recursos, prefere atuar nas sombras. São os lobbies, as reuniões a portas fechadas, os conchavos de bastidores, a troca de favores e a porta giratória entre os setores público-privado que marcam a ação sistemática dos operadores neoliberais; peculiaridade que dificulta ainda mais o mapeamento de suas ações.

Apesar do caráter sorrateiro e da discrição das franjas neoliberais em seu projeto permanente de controle e butim do élan estatal para seus fins particulares, um olhar minimamente atento para o ecossistema contemporâneo da educação brasileira evidencia a posição de hegemonia alcançada por esses grupos. Conglomerados imperiais controlando o ensino superior privado do país, redes de escolas de alcance nacional, contando com um quantitativo impressionante de profissionais, escolas internacionais vinculadas a grupos estrangeiros direcionadas à educação da elite urbana do país, ONGs participando ativamente da distribuição de recursos em fundações municipais e estaduais de gestão da educação: todos esses fenômenos são produto do avanço da agenda neoliberal em nossa política educacional doméstica. É evidente que qualquer tentativa de obstrução do avanço desse projeto de poder terá de ser articulada em um campo de luta política mais amplo, que envolva desde os setores mais elevados da camarilha estatal até a indústria cultural, responsável por disseminar valores e símbolos simpáticos ao *ethos* neoliberal. Contudo, os indivíduos que estão integrados ao universo da educação brasileira, tanto no âmbito público quanto privado, devem ter consciência acerca da dinâmica de dominação e rapina empreendida pela ditadura do financismo transnacional. Ainda que os esforços atomizados não possam ser suficientes para estancar o progresso dessa patologia social, eles serão fundamentais para arregimentar a resistência organizada que, esta sim, poderá se opor efetivamente ao totalitarismo do capitalismo sem Pátria do século XXI.

## Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo Sem Fronteiras**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, T.; CROSO, C.; MARIN, T. Como os filantropocapitalistas influenciam as decisões sobre a educação pública no Brasil: os pactos dos estados de São Paulo, Pará e Pernambuco. **Currículo Sem Fronteiras**, [s. l.], v. 22, e1875, p. 1-21. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v22.1875>

ANDERSON, B. "Narrating the nation". Times Literary Supplement, 1986.

BECKER, G. S.; BECKER, N. S. **The economics of life**. New York: McGrawHill, 1997.

- BOTTO JUNIOR, A. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, [s. l.], n. 42, p. 155-162, maio. 2016.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p.7-23. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200002>
- DAVIES, N. O financiamento público às escolas privadas. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 16, n. 27, p.74-91, jun. 2002.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Managerial capitalism**: ownership, management and the coming new mode of production. Londres: Pluto Press, 2018.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Nacional, 1976.
- GALA, P. S.O. S.; RONCAGLIA, A. **Brasil**: uma economia que não aprende. São Paulo: Edição do Autor, 2020.
- GOMES, C. **Projeto Nacional**: o dever da esperança. Natal: Editora Leya, 2020.
- HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HAYEK, F. A. **O caminho para a servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MENDES, M. J. A. **Despesa Federal em Educação: 2004-2014**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abril/2015 (Boletim Legislativo nº 26, de 2015). Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos). Acesso em 03 de abril de 2020.
- MENGER, C. **Princípios de economia política**. 3. Ed. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MOREIRA, M. M.; CORREA, P. G. **Abertura comercial e indústria**: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. Rio de Janeiro: BNDES, 1996.
- PECK J. **Constructions of neoliberal reason**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- PHILLIPS, P, **Giants**: the global power elite. New York: Seven Stories Press, 2018.
- POCHMANN, M. O pacto do são-paulismo na federação brasileira. *In*: LEAL, C. F. C. *et al.* (org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento sudeste**. Rio de Janeiro: BNDS, 2015. p. 262- 283.
- SMITH, A. **Riqueza das nações - investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.



VITALI, S.; GLATTFELDER, J. B.; BATTISTON, S. The network of global corporate control. **Plos One**, v. 6, n. 10, p. 6-10. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0025995>

WALRAS, L. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. Tradução: João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

*Recebido em 14/10/2023*

*Versão corrigida recebida em 17/10/2023*

*Aceito em 20/10/2023*

*Publicado online em 31/10/2023*